

SPGD 2017

3º SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN DA ESDI

Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2017

Projeto, ambiente e sociedade urbana

Design, environment and urban society

KAIZER, Felipe

RESUMO: O presente artigo discute a categoria urbanística do *ambiente* identificada por Giulio Carlo Argan na década de 1960 em relação ao conceito de *sociedade urbana* de Henri Lefebvre e aos preceitos metodológicos de Christopher Alexander. O ponto de partida é a afirmação de que, ao contrário do espaço moderno, o ambiente não é projetável. Com o intuito de esclarecer essa constatação, o artigo busca qualificar o momento histórico após a Segunda Guerra Mundial de crítica do urbanismo racionalista e de questionamento dos encaminhamentos da tecnologia. O artigo encontra na figura do arquiteto e teórico Christopher Alexander um dos expoentes do novo pensamento de projeto batizado de *projetismo integral*. O elogio de Argan dessa vertente projetiva e a crítica de Lefebvre à sua herança racionalista ajudam a compor o cenário de conflito em torno da nova ordem social emergente a partir da década de 1960.

Palavras-chave: Design, arquitetura e urbanismo. Espaço social. Indústria e tecnologia. Cultura e sociedade. História do design.

ABSTRACT: *This article discusses the urban category of environment as identified by Giulio Carlo Argan in the 1960's in relation to Henri Lefebvre's concept of urban society and the methodological precepts of Christopher Alexander. The starting point is the statement that, contrary to modern space, the environment is not designable. Searching for a explanation, the article tries to qualify the historical moment of critique of the rational urbanism and questioning of the technological developments after the Second World War. It finds one exponent of the so-called "progettismo integrale" in the character of the architect and theoretician Christopher Alexander. Argan's praise of this mode of designing and Lefebvre's critique of its rationalistic heritage help to compose the scene of conflict around the new social order emerging in the 1960's.*

Keywords: *Design, architecture and urbanism. Social space. Industry and technology. Culture and society. Design history.*

A década de 1960 assiste ao surgimento de um novo conceito de espaço: o ambiente.

Em 1969, Giulio Carlo Argan afirma que o ambiente não admite “nenhuma definição racional ou geométrica”, mas “se concretiza em um conjunto de relações e interações entre realidade psicológica e realidade física” (ARGAN, 1998, p. 216). Argan localiza essa categoria na sucessão da “concepção racionalista do urbanismo como subdivisão, distribuição, organização e construção do espaço” (Ibid., p. 215) e chega à conclusão de que “o espaço é projetável [...] enquanto o ambiente pode ser condicionado, mas não estruturado ou projetado” (Ibid., p. 216).

Neste ensaio questionamos o que significa essa afirmação, bem como o que está em jogo com a passagem do projeto de espaços para o condicionamento de ambientes. Para tanto, valemo-nos não só das breves considerações do historiador Argan, mas também de algumas observações do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre sobre a produção social do espaço da cidade. Desse modo, procuramos estabelecer um horizonte conceitual, de matriz histórica, que permita avaliar a gravidade das transformações espaciais e sociais ocorridas na segunda metade do século XX, bem como a desvalorização da prática projetual moderna. A teoria lefebvriana sobre o direito à cidade e a produção do espaço, por um lado, e a crítica arganiana dos desenvolvimentos da tecnologia industrial, por outro, permite-nos avaliar a que distância nos encontramos tanto das concepções pretéritas de cidade e projeto quanto das potencialidades de uma nova sociedade urbana e industrial.

Com o intuito de precisar a categoria do ambiente em relação a esses conceitos, refletimos sobre as propostas urbanísticas do arquiteto Christopher Alexander, nascido na Áustria e criado na Inglaterra. Ademais, observamos na considerações de Argan e Lefebvre a respeito da concepção de ambiente presente no trabalho de Alexander a existência de uma problemática mais abrangente, referente a um conflito entre visões de sociedade e de cidade desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O espaço lefebvriano

Os estudos de Henri Lefebvre sobre o espaço e a cidade, a partir de 1968, dão um novo ímpeto à teoria da arquitetura e do urbanismo. Em suma, Lefebvre ilumina a natureza da relação entre “o modo de produção (a sociedade em questão) e seu espaço” (LEFEBVRE, 2013, p. 216) e define assim o conceito de *sociedade urbana* que nasce à nossa volta (Id., 2011, p. 11).

Os estudos lefebvrianos procuram demonstrar como as transformações suscitadas pela sociedade industrial apontam para sua própria superação. No seu entender, a sociedade industrial gesta em seu interior a sociedade que irá suplantá-la, a sociedade urbana. Considerando que o futuro dessa nova sociedade continua em aberto, tal superação toma a forma de uma *virtualidade* (Ibid., p. 102). *Virtualidade* não significa nesse caso *irrealidade*. Ao contrário, a sociedade urbana é *virtual* na medida em que ultrapassa sua *atualidade*. Voltado para o caráter contingencial do futuro, o conceito de sociedade urbana permite que Lefebvre avalie o desenvolvimento histórico da cidade e do espaço. Nas origens da sociedade urbana, Lefebvre identifica o duplo processo de industrialização e urbanização da sociedade (Ibid., p. 16).

Seu ponto de partida teórico é o da “*crise da cidade*” (Ibid., p. 21). A visão que sucinta essa reflexão é dos novos conjuntos habitacionais que se espalham pelas periferias dos grandes centros urbanos europeus. Mourenx, no sudoeste da França, por exemplo, representa uma nova conformação urbana que em nada se parece com uma cidade (Ibid., 1960). A referida crise enseja assim uma nova elaboração do conceito de cidade (Ibid., 2011, p. 21). Em um primeiro momento, a teoria de Lefebvre gira em torno da Cidade (grafada em maiúscula), que põe em jogo a “vida urbana”, isto é, os “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos [...] dos modos de viver [...] que coexistem

na Cidade” (Ibid., p. 22). Acima de tudo, Lefebvre está interessado em precisar as continuidades e descontinuidades na história da cidade e da sociedade que começa a ganhar contornos mais definidos no século XX, após uma longa gestação. Em seu livro *Direito à cidade*, de 1968, ele encontra a oportunidade para especificar historicamente seu conceito de cidade.

Apenas hoje é que começamos a apreender a *especificidade* da cidade (dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...], com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. [...]

Desta forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. [...] A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (Ibid., p. 51-52).

Seu conceito de cidade é *histórico*, o que significa, entre outras coisas, que ele é suscetível a mudanças. Nada garante a perenidade da cidade. Lefebvre reconhece novas elaborações e transformações do conceito (Id., p. 21). Mais do que isso, reconhece o momento decisivo da sua análise. O momento em que a cidade aparece mais claramente como conceito é também aquele no qual ela deixa de ser o que é. Na dialética lefebvriana, o momento-chave da crítica é aquele em que certa concepção de cidade desaparece antes que outra vigore. Seguindo esse raciocínio, Lefebvre testemunha o clímax do capitalismo industrial, quando o surgimento do urbano se dá no ocaso da Cidade.

Em 1974, Lefebvre nega a categoria de obra de arte. Na *Produção do espaço*, a obra dá lugar à *produção*.

Como pensar a Cidade (sua explosão-implosão generalizada, o Urbano moderno), sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou que desapropria)? Impossível pensar a cidade e o urbano modernos enquanto *obras* (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais), sem primeiramente concebê-los como produtos (Id., 2013, p. 123).

Uma consequência dessa revisão categorial é a emergência de uma reflexividade, intrínseca ao conceito de produção de origem marxista. A reflexividade da produção humana ou da *práxis* – segundo a qual a sociedade se reproduz na medida em que produz algo distinto de si – está no coração do conceito de espaço que Lefebvre desenvolve nos anos seguinte ao *Direito à cidade*. Dando prosseguimento crítico à tradição sociológica iniciada com Karl Marx, Lefebvre expressa claramente a inter-relação produtiva entre sociedade, espaço e história.

O conceito de espaço (social) e o próprio espaço escapam [...] à classificação “base-estrutura-superestrutura”. [...] o espaço aparece, se forma, intervém tanto em um dos “níveis” como no outro. Tanto no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade) como no funcionamento das superestruturas (instituições). [...] e o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! [...] ele muda com “as sociedades” – querendo-se exprimi-lo assim. Portanto, existe uma *história do espaço* (Id., 2011, p. 126).

Na caracterização do espaço como produção algo perde lugar. Trata-se da própria ideia de *sujeito*, correlata à ideia de obra de arte. Mas não só. A passagem do conceito de Cidade para o conceito de espaço urbano manifesta mudanças também no potencial dos sujeitos para *projetar* seu espaço social. Em suma, o conceito de projeto sofre as consequências dessa revisão junto com os conceitos de obra e sujeito. Isso se evidencia na circunscrição do conceito à planificação espacial como invenção tecnocrata do urbanismo racionalista

(Ibid., p. 123). Consequentemente, o cenário que se desenha é de um outro espaço: *um espaço social produzido sem recurso ao projeto*.

Logo, a dúvida é se resta alguma possibilidade de prática projetiva social. Em outras palavras, se as formulações funcionalistas chegam a um impasse, é ainda possível conceber praticamente um projeto urbano? Lefebvre utiliza os espaços produzidos pelo socialismo e pelo capitalismo como exemplos do fracasso de ambos os regimes em suas tentativas de transformação (Ibid., p. 128). Dessa forma, o filósofo evidencia o papel controverso das disciplinas arquitetônicas no processo de autodeterminação das sociedades.

O projetismo integral de Alexander

Para Giulio Carlo Argan, a questão do projeto no âmbito do design industrial, da arquitetura e do urbanismo só é pensável por meio das concepções de sujeito e história. Assim como Lefebvre, porém, ele também reconhece a crise dessas concepções no período do pós-guerra.

Para caracterizar o impasse a que chega o projeto na modernidade industrial, Argan descreve inicialmente em *Projeto e destino*, de 1965, o panorama de crise generalizada da sociedade e, por consequência, da arte do seu tempo.

O homem inventou com a máquina algo que poderá substituí-lo, tornar vã toda a empresa histórica da humanidade, reabrir o problema de fundo, remeter de súbito à primeira página do *Gênesis*. Temos já a sensação de termos chegado ao ponto-limite: mas era esse o ponto rumo ao qual inconscientemente começou a tender a humanidade quando deu início à própria empresa histórica e aprendeu a coordenar as ações para um fim, a projetar a existência antes de vivê-la? Da *hybris* arcaica até o racionalismo moderno, a humanidade tentou subtrair-se à inelutabilidade do fado, do ditado de uma vontade superior. Agora ela tem a suspeita, a angústia de não ter feito mais do que repetir, nos esquemas lúcidos de seus projetos, o obscuro desígnio do fado [...] (ARGAN, 2000, p. 11).

Para Argan, a crise do projeto moderno aparece sob a forma de forças insondáveis, que levam a humanidade a duvidar do controle do seu destino. Em um certo sentido, o horror à heteronomia suscitado por essa crise corresponde à descrença na observação marxista de que “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver” (MARX, 2013, p. 36). Nesse cenário, desaparece o conceito de sujeito autônomo, capaz de efetivar as mudanças intencionadas por si. Logo, em consonância com nossas observações sobre as mudanças sutis no argumento de Lefebvre entre 1968 e 1974, Argan enxerga uma crise das categorias que sustentam a arquitetura e o urbanismo modernos, a saber, o *ego* e a história, “de que o *ego* é protagonista” (ARGAN, 1998, p. 214).

Apesar da sua caracterização do espaço urbano como verdadeira ideologia da burguesia (ARGAN, 1998, p. 44), Argan mantém uma posição ambígua em relação à nova elaboração desse espaço. Citando o trabalho de Christopher Alexander e Kevin Lynch, ele celebra a superação da “concepção racionalista do urbanismo como subdivisão, distribuição, organização e construção do espaço” (Ibid., p. 215) por uma nova forma de organização. No entanto, o que é isso que substitui o conceito de *urbanismo* até então vigente?

Esse termo, que implicava necessariamente a ideia da relação entre *ego* e natureza, foi sucedido pelo de *ambiente*, que não admite, evidentemente, nenhuma definição racional ou geométrica e que se concretiza em um conjunto de relações e interações entre realidade psicológica e realidade física (Ibid., pp. 215-216).

Essa passagem marca uma inflexão histórica. Mediante uma análise do trabalho de Alexander, Argan reconhece os aspectos positivos da novidade representada pelo conceito

de ambiente. Contudo, o gesto de acolhimento dessa novidade parece contradizer o diagnóstico de crise de desaparecimento do *ego*. Na sua perspectiva, sem o *ego*, o projeto se vê impossibilitado de atuar. E destituída da capacidade de projetar, a humanidade entra em uma nova era. Essa era pode não ser a do fado, mas a do *condicionamento*.

A substituição do *ego* por uma “realidade psicológica” está por trás da passagem do projeto ao condicionamento do ambiente. Por sua vez, o condicionamento aparece como resultado de uma programação. A programação estabelece uma nova disposição psicológica, não mais centrada no sujeito histórico. Assim, reduz-se drasticamente o papel do projeto na construção coletiva do futuro. Contudo, Argan não relaciona a crise da sociedade – ligada à falta de um conceito renovado de história, de sujeito e de espaço – à ascensão do ambiente.

Em uma primeira aproximação, podemos dizer, com Argan, que o ambiente é um espaço sem limites (Ibid., p. 215). Em um certo sentido, o ambiente se opõe à cúpula renascentista: se a primeira se liga ao infinito como ilimitado, a segunda delinea “um limite visível para o infinito” (Ibid., p. 96). Por outro lado, a ausência de limites deve ser distinguida da ampliação sucessiva de limites. O ambiente não se confunde com a categoria da *regio* presente no tratado *De Re Aedificatoria* de Leon Battista Alberti. Nem *regio*, nem uma ampliação da *regio*: o ambiente é uma categoria espacial radicalmente nova.

A concepção de um espaço sem limites tem consequências imediatas sobre a nossa concepção de cidade. Não mais considerada “espaço construído e objetivado”, a cidade se transforma em “urbanização do território” (Ibid., p. 215). Em outras palavras, a cidade passa a ser vista como “um sistema de serviços, cuja potencialidade é praticamente ilimitada” (Ibid.). Suas expansões são comparadas a uma “mancha de óleo”, equivalente a “uma rede ilimitada de ligação e comunicações” (Ibid.). É com essa esperança que Argan introduz o “projetismo integral” de Christopher Alexander (Ibid., p. 216).

O projetismo de Alexander é integral não apenas por atentar para a integralidade (*wholeness*) dos seus elementos, mas também por questionar a ideia do que seja um *fora*. Nesse sentido, o projetismo integral é também *um projetismo total, sem limites, ou um projetismo universal, isto é, sem um verso*. Como o termo sugere ao leitor dialético, por ser integral ou total esse projetismo é também o fim do projetismo: a um só tempo sua máxima realização e supressão. É um projetismo que não reconhece um fora de si, um momento da sua própria negação.

Não mais centrado nas concepções modernas de sujeito e de história, o projetismo integral de Alexander dá a luz a uma concepção de espaço imune aos esforços do projeto moderno:

[...] o estruturalismo urbanístico teorizado de maneira brilhante por Alexander, embora em substância se coloque como metodologia do projetismo integral, acaba inevitavelmente negando o projeto como intervenção no processo histórico da sociedade. Indo mais além, acaba até negando que a sociedade tenha um desenvolvimento histórico intrinsecamente diferente do progresso biológico ou tecnológico, como se queira dizer. A sociedade mudaria continuamente, mas segundo um programa já implícito na sua estrutura, no seu princípio de agregação. O projeto não é nem poderia ser uma intervenção do exterior, com a finalidade de orientar, axiologicamente, um dinamismo que não é mais do que a função vital do organismo social (Ibid.).

Argan defende que o projetismo integral constitui uma “*new architecture of humanism*” (Ibid., p. 217), como expressa o subtítulo do livro de Alexander com Serge Chermayeff em 1963 (BATTIUS, 2015, p. 113). No entanto, a reiteração do humanismo de Alexander tende a escamotear a maneira acrítica como o projetismo integral lida com a tecnologia. Nesse ponto, Argan prepara as bases de uma crítica a Alexander, segundo a qual “a

disponibilidade tecnológica” é dada axiomáticamente (ARGAN, 1998, p. 216-217). Para Alexander “[o] aparato tecnológico [...] lá está para resolver os problemas, mas não constitui, ele próprio, um problema” (Ibid.). Considerando os efeitos da tecnologia posta a serviço da guerra mundial, é compreensível à crítica arganiana. Surpreende, contudo, que Argan não retome nesse momento o tom acusatório de quatro anos antes. Em *Projeto e destino*, é justamente na tecnologia que se centra a crise do projeto moderno (Id., 2000, p. 26).

Por algum motivo, Argan exclui o projetismo de Alexander desse diagnóstico. Ele reconhece que o ambiente urbano da sociedade em questão é opressivo e repressivo, e que não foi demonstrada a conformidade entre o ambiente tecnológico e a condição psicológica do homem dos novos tempos (Id., 1998, p. 219). Porém, não identifica o projetismo integral com os efeitos de uma tecnologia autotélica, alheia ao exercício do projeto. Argan poupa as proposições de Alexander e Lynch da sua crítica de 1965. Paradoxalmente, sua aceitação do novo ambiente urbano leva-nos a crer que Argan partilha inadvertidamente da ingenuidade que ele critica em Alexander a respeito do uso humanista da tecnologia industrial.

Por seu turno, Lefebvre reconhece o papel fundamental da “socialização da sociedade” e da “urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 2011, p. 78-97). No seu entender, a sociedade urbana não é possível antes da industrialização. No longo processo de emergência do urbano, Lefebvre admite o papel histórico cumprido pela indústria, porém sem profetizar uma panaceia tecnológica. Como pensador do espaço e da cidade, ele permanece *ao redor do ponto crítico* do desenvolvimento histórico da sociedade “sobre as ruínas da cidade”, comprometido sobretudo com a formulação das contradições do tempo presente (Ibid., p. 81). Nesse quesito, Lefebvre escreve ainda uma história da sociedade, de maneira análoga à escrita arganiana da história da arte. Mas, como crítico, ele se afasta definitivamente daqueles que se encontram comprometidos com a prática projetiva. Alexander é um projetista, sem dúvida, mas representa entre eles uma exceção na medida em que teoriza sobre a própria atividade e se lança no plano da reflexão conceitual. É no entrelaçamento entre teoria, história e prática, representadas por essas figuras, que tentamos localizar a emergência do conceito de ambiente e o declínio do conceito moderno de projeto.

O controle do ambiente

Ao contrário do esperado, Christopher Alexander não faz uso extensivo da palavra *environment*. Nem por isso o conceito de ambiente está ausente das suas considerações. Ele se revela sobretudo em descrições e exemplos. Projetos realizados de Alexander, contudo, são mais raros. Em busca de manifestações concretas do conceito de ambiente, além do experimento na Universidade de Oregon, descrito em *The Oregon Experiment* (1975), podemos nos voltar para o trabalho de arquitetos e urbanistas como Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk, identificados como o *New Urbanism* norte-americano (BATTAUS, 2015). Nesse sentido, as propostas de Alexander se colocam principalmente no plano teórico e, conseqüentemente, se prestam ao diálogo com trabalhos críticos e históricos.

Os escritos de Alexander, porém, não dão uma definição do ambiente, mas procuram sobretudo estabelecer parâmetros processuais e conceituais para projetos complexos. Com esse intuito, ele lança mão frequentemente de uma certa noção de programa.

Ao que tudo indica, o pensamento programático de Alexander nasce do seu contato precoce com a variante do estruturalismo desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970 na Universidade de Cambridge (Reino Unido), onde se forma bacharel em matemática e arquitetura. Em linhas gerais, o estruturalismo de origem francesa dá origem em Cambridge a “modelos matemáticos que servem de novas ferramentas operativas e

conceituais” (ROCHA, 2004, p. 30)¹. Sob a orientação de Serge Chermayeff na Universidade de Harvard (Estados Unidos), Alexander inicia seus experimentos arquitetônicos com o uso do computador, que dão suporte à sua tese de doutoramento, *Notes on the Synthesis of Form* (Ibid., p. 90). Em 1963, já professor da Universidade da Califórnia, Alexander vivencia o surgimento de uma nova vertente do pensamento analítico anglo-saxão: trata-se da pesquisa na resolução de problemas (*problem-solving research*), “conduzida por um contexto científico e com uma grande afinidade com o pensamento positivista” (Ibid., p. 93). Isso constitui o contexto formador do seu pensamento. Ao longo da sua trajetória profissional, Alexander manifesta de múltiplas formas sua vinculação à análise quantitativa e ao método estrutural gestados nas universidades inglesas e norte-americanas. No que tange aos seus escritos, vemos essa vinculação tanto nos textos até 1966, nos quais enfatiza o problema da forma, quanto em textos posteriores, até 1979, nos quais aborda mais diretamente o problema do *environment design* (VELOSO, 2012, p. 496-498).

Simplificadamente, o programa é para Alexander “uma reorganização do modo como o designer pensa o problema” (ALEXANDER, 1973, p. 83). O programa é a formalização adequada de um conjunto predeterminado de requisitos (*requirements*). Como indica a etimologia, a palavra “programa”² enfatiza a *formalização escrita* de uma ordem, comando ou instrução. Logo, é natural que nos escritos de Alexander o programa esteja intimamente ligado ao *diagrama*. Seus diversos diagramas visam invariavelmente à formalização do conjunto de requisitos e suas relações em um determinado projeto.

Dentro do conjunto de requisitos de um projeto, Alexander assinala a grande probabilidade de desajustes (*misfits*). A solução desses desajustes, contudo, é matéria de análise e justifica o estabelecimento de um método geral de resolução de problemas. Como observado por Alexander, há não apenas os desajustes iniciais do conjunto, mas desajustes que surgem da tentativa de solucionar outros desajustes. Na sua visão, isso obriga o projetista a decompor o problema em subsistemas, de forma que cada um deles possa ser resolvido sequencialmente da base ao topo de um diagrama de árvore (Ibid., p. 94). Ele nomeia tal processo ordenado de resolução de problemas complexos de “realização do programa”.

É no contexto dessa parametrização metodológica do processo de projeto que Christopher Alexander deixa entrever sua concepção do urbano. Citamos abaixo uma das poucas ocorrências do termo “ambiente”.

Considere a tarefa de projetar um ambiente completo para um milhão de pessoas. O equilíbrio ecológico entre a vida humana, animal e vegetal deve ser ajustado corretamente, tanto internamente quanto em relação às condições físicas exteriores. As pessoas devem poder levar a vida individual que desejam. As condições sociais induzidas não devem levar a graves problemas de saúde ou miséria pessoal, e não devem causar delinquência criminal. O influxo cíclico de bens e alimentos não deve interferir na movimentação regular dos habitantes. As forças econômicas, em seu desenvolvimento, não devem levar à especulação imobiliária que destrói a relação funcional entre áreas residenciais e áreas dedicadas a mercadorias pesadas. O sistema de transporte não deve ser organizado de modo a criar uma demanda que agrave seu próprio congestionamento. De alguma forma, as pessoas devem poder viver em estreita cooperação e ainda assim buscar a maior variedade de interesses. O leiaute físico deve ser compatível com a previsão de desenvolvimentos regionais futuros. O conflito entre o crescimento populacional e a diminuição de recursos hídricos,

¹ São nossas todas as traduções dos textos em língua estrangeira indicados na bibliografia.

² De acordo com a versão *on-line* do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, do substantivo grego *grámma*, “caráter de escrita, sinal gravado, letra, texto, inscrição [...]; nota de música, algarismo, acento gráfico; figura de matemática, traços, desenho [...]” (HOUAISS & VILLAR).

elétricos e áreas de parque deve ser de algum modo objeto de cuidado. O ambiente deve ser organizado de modo que sua regeneração e reconstrução não atrapalhe constantemente sua performance (Ibid., p. 2-3).

O conceito de ambiente urbano expresso aqui se distingue radicalmente do de cidade, seja na acepção arganiana ou na lefebvriana. Em última instância, Alexander julga o ambiente urbano de acordo com sua performance. Em prol da eficiência da performance, ele assume a existência de um consenso entre as diversas partes que compõe o social. Em outras palavras, Alexander admite a possibilidade de conciliação entre práticas individuais e condições sociais. Isso distingue sua visão daquelas outras, sociológicas, que identificam no conflito o principal motor das transformações da sociedade e da produção dos seus espaços. É digno de nota que *wholeness* seja palavra-chave nos escritos de Alexander de 2002 até hoje³. Perguntamo-nos que lugar têm as *lutas ou disputas políticas* nesse ambiente. Permanece a dúvida se sua concepção de espaço corresponde afinal a alguma posição ideológica. Apelando a dados quantitativos da “realidade psicológica e [da] realidade física” dos habitantes, Alexander concebe uma forma urbanística quicá inédita. Com exceção de certas ficções científicas, raras são as descrições em que estão totalmente ausentes as duas categorias centrais à transformação social: o sujeito e a história.

Argan lembra que “[a] teoria da estruturação ambiental de Alexander está muito mais próxima do que parece da teoria do espaço urbanístico racionalista” (ARGAN, 1998, p. 218). Considerando o que foi dito, podemos encarar o projetismo integral de Alexander como uma radicalização do urbanismo racionalista. Isso não apenas porque nele cada casa, cada rua e cada jardim se “ajudam” de forma a garantir a performance do ambiente (ALEXANDER, 2003, p. 7), mas também porque os meios de se alcançar essa performance dependem fundamentalmente da representação matemática (Id.). O uso intensivo da matemática se liga ao desenvolvimento tecnológico, não só durante o condicionamento do ambiente, mas também como *conditio sine qua non* do seu processo de “regeneração e reconstrução” (Ibid., 1973, p. 3).

Retomando o argumento arganiano contra o uso acrítico da tecnologia industrial, vemos como a dependência tecnológica do ambiente faz par com a *des-historicização* do projeto moderno. Em suma, o ambiente não é projetável como o espaço porque falta-lhe a dimensão histórica da ação humana. Essa explicação recoloca o problema de uma sociedade excessivamente confiante nas promessas da tecnologia.

É certo que uma vivência tecnológica tem acompanhado, em todo o seu curso, a vivência histórica; mas hoje a tecnologia se coloca como autoridade, tende a assumir uma função hegemônica e exclusiva, a realizar sua própria utopia, a substituir o seu próprio movimento linear, inflexível, pelas curvas, pelas pausas e retomadas do modo histórico. O ponto problemático não é a origem e a natureza da tecnologia, mas o fato de pôr-se hoje como utopia realizada ou realização possível de todas as utopias. Portanto, como anti-história (ARGAN, 2000, p. 14).

Que ocorre com o projeto nessas circunstâncias? Ele é substituído pelo programa.

O programa do projetismo integral se apresenta como solução apolítica e anistórica, isto é, como mera formalização objetiva dos requisitos da cidade-problema. Na programação, o objeto perde seu grau de realidade; o resultado é que se passa com demasiada facilidade de uma chaleira a uma cidade de 30 mil pessoas (ALEXANDER, 1973, p. 95). Ao contrário do projeto moderno que antecede o projetismo de Alexander, essa passagem não se dá mais nos termos de uma *linguagem* universalmente válida (presente no adágio “da colher à cidade”), mas nos termos de um *método* universalmente válido. O denominador comum

³ No período intermediário – da trilogia formada pelo *The Timeless Way of Building, A Language of Patterns e The Oregon Experiment* –, Alexander recusa essa palavra (ALEXANDER, 1979, p. 30-32). No primeiro volume da série (lançado por último) ele se refere tão somente a uma “qualidade sem nome” (Ibid., p. ix).

do projeto de uma chaleira e de uma cidade é *a própria forma do processo de resolução de problemas*. Alexander não problematiza o modo como o uso de um método define aquilo a que ele se aplica e nesse sentido falha em perceber que *o problema é em parte resultado do método que procura resolvê-lo*.

Se a cidade e o urbano são projetáveis, o ambiente certamente não o é. *Ambiente* é o nome para um espaço programado. Nele, a projeção dá lugar à programação. Logo, a distância entre a concepção urbana de Alexander e a virtualidade urbana anunciada por Lefebvre é incomensurável. A incompatibilidade das suas visões de cidade pode ser expressa em uma fórmula absurda: a de um “direito ao ambiente”. Esse direito é inconcebível tanto por Alexander quanto por Lefebvre: no primeiro caso porque se reduz todo o direito ao problema dos requisitos, e no segundo porque não se reconhece qualquer sociabilidade ou historicidade no conceito de ambiente. Aos nossos olhos, esse direito é absurdo não só porque o ambiente de Alexander é “dessubjetivado” e “des-historicizado”, mas também porque, implícita à ideia de programa da qual ele depende, encontramos uma noção de *controle*, que se opõe ao humanismo renovado no direito à cidade (LEFEBVRE, 2011, p. 7).

A bem da verdade, nos escritos entre 1959 e 1966, a ideia de controle em Alexander se liga à ideia de forma (ALEXANDER, 1973, p. 18). A ideia de forma como controle é relativizada no período a seguir, a partir da década de 1970, quando Alexander investiga as possibilidades de utilização de uma linguagem de padrões por sujeitos individuais (ALEXANDER, 1977, p. xxv). A partir daí o ambiente passa ao primeiro plano. Não obstante, o conceito ambiente inclui e supera dialeticamente a noção prévia de controle, na medida em que o programa deixa os indivíduos livres para conformar seus espaços *desde que de acordo com as condições preestabelecidas pelos programadores*. É nesse sentido que a passagem do espaço (projetável) para o ambiente (programável) corresponde, ao mesmo tempo, a um aumento da liberdade dos indivíduos para “buscar a maior variedade de interesses [próprios]” sem prejuízo a *performance* da cidade e a uma diminuição da liberdade dos indivíduos para determinar socialmente seus espaços para além do programa. Contrapõe-se aqui, sem solução, duas visões antagônicas de cidade e sociedade. De toda forma, a passagem do espaço de tipo projetável para o de tipo programável tem repercussões sobre a prática projetiva, em especial do urbanismo. É nesse contexto que Argan contrapõe o urbanismo de planejamento e o urbanismo de controle.

O grande dilema que teremos de enfrentar em um futuro já próximo é o da escolha entre projeto e não-projeto, *design* e não-*design*, urbanismo de planejamento e urbanismo de simples [...] controle sobre os desenvolvimentos espontâneos da cidade (ARGAN, 1998, p. 259).

Planejamento é a categoria central do urbanismo racionalista. Torna-se mais clara a contraposição de Argan, no entanto, quando atentamos para a diferença fundamental entre plano e programa, sobretudo no que concerne à relação de cada com a sua execução. Como apontou Alexander, o programa em geral conta com sua realização. No âmbito computacional, por exemplo, o programa espera nada menos que sua exata execução. Porém, o mesmo não pode ser dito do plano. O plano tem por vezes um papel referencial, se não utópico. O plano “não prefigura nem prejulga o futuro” (Id., 2000, p. 50). “Como imagem, o plano é necessariamente inacabado [...], é um vestígio para a imaginação” (Ibid., p. 49). No limite, isso significa que a tentativa de “realização global de um plano [...] é um erro” (Ibid.), pois o futuro executado é certamente diferente do futuro planejado. Por seu turno, o programa não admite essa possibilidade e controla rigorosamente sua realização. Logo, na medida em que busca se realizar mediante o exercício constante do controle, o programa se afasta definitivamente do plano, do planejamento e do projeto.

Considerações finais

A oposição entre o diagnóstico crítico de Henri Lefebvre e o projetismo integral de Christopher Alexander revela o que está em jogo no âmbito do projeto arquitetônico e urbanístico desde o final da década de 1960: nada menos que o poder da sociedade para se determinar. A questão é simultaneamente de natureza social, histórica e conceitual. A posição ocupada por Alexander se identifica com uma visão *liberal* da sociedade. Aos olhos de uma posição oposta, como a de Giulio Carlo Argan, delinea-se no projetismo integral uma linha de corte entre programadores e programados, entre condicionadores e condicionados. Alexander nega a existência dessa linha, afirmando, ao contrário, a proeminência de um certo consenso social, no qual “grupos de pessoas podem conceber seus grandes edifícios públicos [...] como se elas tivessem uma única mente” (ALEXANDER, 1979, p. xiv).

Resta uma grande incógnita a respeito do futuro da sociedade. Como sentencia Argan, não sabemos o que ocorrerá após sua fase projetiva, a saber, aquela na qual os homens constituíam seu destino coletivamente, não mais sob um fado. No centro dessa questão está, como indicamos, o paradoxo de uma tecnologia que dirige a si mesma (ARGAN, 2000, p. 24).

Não sabemos como se chamará o depois, o período que sucederá à fase histórica; mas tudo faz crer que, naquela fase, a vivência humana se apresentará como vivência tecnológica ou como um período no qual o transcorrer dos eventos seguirá um ritmo mecânico cada vez menos influenciado e dirigido pela vontade dos homens (Ibid., p. 14).

A posição de Lefebvre se opõe à de Alexander, mas também à de Argan. De acordo com sua visão, o futuro permanece contingente, suscetível a virtualidades, de acordo com uma certa tradição filosófica. Há quem leia suas palavras de 1968 com uma ponta de esperança. De qualquer maneira, é certa a impossibilidade de um retorno à Cidade (LEFEBVRE, 2011, p. 106). Como ensina sua teoria, o urbano é a única chave para se pensar a nova condição social em um mundo globalizado e altamente dependente da tecnologia industrial. É assim portanto que seu conceito de sociedade urbana continua operativo.

Por tudo que foi dito, o elogio do projetismo integral de Christopher Alexander feito por Giulio Carlo Argan deve ser lido com suspeita. A categoria do ambiente é responsável, entre outras coisas, por interditar nossa capacidade de projeto. Ela retira a subjetividade e a historicidade da nossa concepção de espaço urbano e nega a dimensão conflituosa de um sociedade politicamente ativa. Na mesma toada, ela estabelece uma divisão entre programadores e programados que, de tão fundamental à constituição da vida cotidiana, escapa à consciência.

É curioso, portanto, que Alexander se refira por vezes a essa nova concepção espacial mediante o termo “*wholeness*”. A *integridade* remete diretamente a uma concepção do espaço como sistema (ALEXANDER, 2003, p. 8), onde cada centro é formado por outros centros e assim por diante, de acordo com uma estrutura recursiva (Ibid., p. 11). Logo, a integridade de um sistema “é uma ordenação de diferentes todos (ou íntegros) e sistemas, superpostos e aninhados, segundo os seus graus de coerência” (Ibid., p. 8). Podemos dizer em suma que o projetismo integral busca garantir a integridade do ambiente por meio de uma metodologia rigorosa. Essa metodologia, porém, *não é crítica*. Do ponto de vista estrito do argumento de Alexander, não é possível fazer a crítica dessa concepção de espaço tendo em vista o desenvolvimento histórico da tecnologia que a condiciona. Seu projetismo retoma o legado do design, da arquitetura e do urbanismo racionalista moderno, porém sem a apreciação dos seus descaminhos ao longo do século XX. Para tanto, precisamos ler suas propostas com a ajuda de outros pensadores desse período, como Argan e Lefebvre.

Referências

- ALEXANDER, Christopher. A City is not a Tree. **Design**, n. 206, 1966.
- _____. **Notes on the Synthesis of Form**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- _____. **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction**. Nova York: Oxford University Press, 1977.
- _____. **The Timeless Way of Building**. Nova York: Oxford University Press, 1979.
- _____. **New Concepts in Complexity Theory arising from Studies in the Field of Architecture**. 2003. Disponível em: <<http://www.katarxis3.com/SCIENTIFIC%20INTRODUCTION.pdf>>. Acesso em ago. 2017.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Braga. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Projeto e destino**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Editora Ática, 2000. (Temas, 71, Arquitetura e Design.)
- BATTAUS, Danila Martins de Alencar. O *New Urbanism* e a linguagem de padrões de Christopher Alexander. **Oculum Ensaios**, vol. 12, n. 1, 2015.
- _____. Parâmetros de projeto (*patterns*) de Christopher Alexander traduzidos para o português. **Risco**, vol. 17, n. 1, 2013.
- HOUAISS Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Disponível em <<http://www.houaiss.uol.com.br>>. Acesso ago. 2017.
- LEFEBVRE, Henri. Les nouveaux ensembles urbains: un cas concret: Lacq-Mourenx et les problèmes urbains de la nouvelle classe ouvrière. **Revue française de sociologie**, vol. 1, n. 2, 1960.
- _____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- _____. Prefácio – A produção do espaço. **Estudos Avançados**, vol. 27, n. 79, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009>. Acesso em ago. 2017.
- MARX, Karl. Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*. In: BOTELHO, André (org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013.
- ROCHA, Altino João Magalhães. **Architecture Theory 1960-1980: Emergence of a Computational Perspective**. Tese de doutorado. Massachusetts: MIT, 2004. Disponível em: <<https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/28316>>. Acesso em ago. 2017.

KAIZER. Projeto, ambiente e sociedade urbana.

VELOSO, Pedro. Christopher Alexander e o dilema do espaço (in)formado. **SIGraDI (16th Iberoamerican Congress of Digital Graphics)**, 2012. Disponível em: <http://papers.cumincad.org/data/works/att/sigradi2012_9.content.pdf>. Acesso em ago. 2017.

.....

Notas sobre os autores

KAIZER, Felipe; Doutorando; Título provisório da Tese: Projeto como ação; Orientador: João de Souza Leite; Ano previsto para a defesa: 2020; link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2422427122106953>

felipekaizer@gmail.com